DH

JUSPOPULI

Escritório de Direitos Humanos

**Novembro de 2016**

JUSPOPULI
Escritório de Direitos Humanos

O Juspopuli Escritório de Direitos Humanos foi constituído em junho de 2001, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com a finalidade de difundir e democratizar o conhecimento sobre o Direito e contribuir para a efetivação dos direitos humanos. Para cumprir sua finalidade, estão elencados, no seu Estatuto, os seguintes objetivos:

- Organizar e realizar cursos, seminários e outros eventos educativos sobre temas de direitos humanos e interesses sociais difusos e coletivos.
- Prestar assessoramento a organismos públicos, organizações privadas, e entidades sociais que atuem na defesa dos direitos humanos e interesses difusos e coletivos.
- Promover e assessorar a implantação de serviços de orientação jurídico-social em comunidades populares e acompanhar o seu desenvolvimento.
- Realizar programas, projetos e atividades culturais e artísticas, associando sua finalidade às diversas linguagens e expressões.
- Realizar estudos e pesquisas sobre direitos humanos, interesses sociais difusos e coletivos e formas de implementação desses direitos.
- Editar resultados de pesquisas e outros documentos na sua área de atuação.

A educação para os direitos humanos e a difusão da mediação e outras formas de construção de convivências sustentáveis e prevenção da violência em todas as suas dimensões, são as principais estratégias da Organização. Muitas vezes indicada como referência pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH, foi finalista do Prêmio Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil e Petrobras, sendo certificada, na área de Educação, pela eficácia e alta replicabilidade de sua experiência.

O trabalho do Juspopuli foi também reconhecido por Boaventura dos Santos que o citou no livro *Para uma Revolução Democrática da Justiça* (Boaventura de Sousa Santos, Cortez Editora, Setembro de 2007). E mereceu referência do Prof. Luiz Alberto Warat, em evento da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, pela autenticidade do caráter popular da mediação em bairros de Salvador.

**Missão:**
**Contribuir para a construção da cultura de direitos humanos, divulgar informações sobre a cidadania e promover formas pacíficas de solução de conflitos.**

# PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Os projetos realizados pelo Juspopuli tem como marcos os direitos humanos, a cidadania e a democracia, em especial os desafios para sua efetivação. Nesta direção, promovem o fortalecimento da participação e do protagonismo popular, o respeito à especificidade dos direitos da infância e adolescência, visam a prevenção da violência em suas várias manifestações e realizam e difundem a mediação popular como prática de solução pacífica de conflitos e de construção da justiça comunitária.

As ações educativas partem sempre do reconhecimento dos saberes prévios, da valorização e do respeito ao senso comum, adotando-se a interatividade e a dialogicidade como mecanismos de construção do conhecimento, sempre incompleto. Objetiva-se tanto o aprendizado de conteúdos formais e técnicos específicos, em relação aos direitos humanos e respectivos sistemas de garantia, quanto a formação para a autonomia e a cidadania.

As intervenções caminham, portanto, em consonância com as referencias internacionais, como a Carta da ONU para o Milênio - ODM, o IEDDH (Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos) e referências nacionais brasileiras, como a Constituição Federal de 1988, a legislação infraconstitucional e o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 que apontam para uma prática "inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.....".

**Objetiva-se tanto o aprendizado de conteúdos formais e técnicos específicos, em relação aos direitos humanos e respectivos sistemas de garantia, quanto a formação para a autonomia e a cidadania.**

A execução dos projetos está, assim, pautada na participação dos envolvidos para que os resultados sejam compatíveis com as necessidades e aspirações dos segmentos que se pretende alcançar.

Os projetos que se referem à mediação partem do princípio de que o conflito é próprio da convivência humana e pode, se bem administrado, constituir-se em uma oportunidade de crescimento e transformação positiva, tanto para as pessoas quanto para a sociedade. E a boa administração do conflito deve se iniciar na família, passar pela escola, pela comunidade e chegar ao conjunto da sociedade de forma circular e retroalimentada.

Por outro lado, a prevenção da violência, em suas mais variadas formas e espaços, requer a promoção de uma cultura que trate das disputas e divergências de forma pacífica, valorizando o diálogo.

A noção da indivisibilidade entre os direitos individuais, sociais, coletivos, econômicos e culturais e o princípio da igualdade, sempre associada à diversidade, são a base para a metodologia construcionista.

Como estratégias para unidade na diversidade dos programas formativos, os cursos e outros eventos são coordenados por profissionais de referência que se incumbem da observação e avaliação dos processos pedagógicos e os temas definidos são tratados:

- Considerando os perfis dos participantes e valorizando seus saberes prévios;
- Garantindo a conexão entre o programa formativo e as atividades a serem desenvolvidas pelos participantes;

- Estimulando a participação equilibrada de todos nas abordagens expositivas e dialogadas;
- Alternando exibição de filmes e leitura de textos com reflexão e discussão;
- Promovendo dramatizações com situações vividas ou hipotéticas, relacionadas às atividades dos participantes e aos temas trabalhados;
- Combinando aulas com seminários, oficinas, palestras, painéis temáticos, visitas técnicas, entrevistas;
- Outros recursos que estimulem debates sobre o tema do Projeto.

É próprio da cultura institucional do Juspopuli o compromisso com a avaliação. Assim, as atividades desenvolvidas, são monitoradas e avaliadas de forma permanente, de maneira que permita a correção de rumos e a redefinição de estratégias caso necessário.

O monitoramento e avaliação são, assim, processuais, conferindo-se sempre os níveis de qualidade das atividades desenvolvidas e de satisfação dos usuários visando o cumprimento dos compromissos assumidos. E os resultados são avaliados a partir dos indicadores quantitativos e qualitativos.

Os desafios são grandes e antigos: a efetiva e eficaz integração entre as práticas das diferentes instituições e seus atores no Sistema de Garantia dos Direitos, e a participação da sociedade/comunidade nas discussões e decisões sobre as políticas voltadas para garantia dos direitos de criança e adolescente. Por isso a formação continuada dos profissionais revela-se sempre necessária e fundamental para o desenvolvimento de uma rede consistente de proteção social.

A capacitação e o acompanhamento dos atores do SGD são assim indispensáveis para o funcionamento efetivo desse Sistema, tendo em vista a realidade local da atuação dos sujeitos nas práticas de garantia dos direitos, inclusive da proteção contra o trabalho infantil.

# EDUCAÇÃO PARA DIREITOS, MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

**As atividades formativas objetivam, também, facilitar a formação de redes de solidariedade e de serviços.**

**EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL**

Desde sua criação, em 2001, o Juspopuli investe na educação para os direitos humanos, mais especificamente direitos da criança e do adolescente, realizando cursos, oficinas, seminários e outros eventos formativos sobre direitos humanos individuais, sociais, difusos e coletivos, mediação de conflitos e outros temas de interesse da cidadania.

As atividades formativas, baseadas no ideário dos Direitos Humanos e nos princípios construtivistas objetivam, sempre que possível, promover, também, oportunidades de articulação e integração entre os participantes e entre estes e os demais setores da comunidade, de modo a facilitar a formação de redes de solidariedade e de serviços.

Entre 2007 e 2016 essas atividades alcançaram cerca de 7.000 pessoas, dentre lideranças comunitárias, adolescentes e jovens de áreas urbanas e rurais, população de rua, educadores/as, profissionais da área de saúde, sobretudo saúde mental, agentes de trânsito, agentes penitenciários, operadores do Direito, comunicadores, conselheiros de direitos e tutelares, técnicos de organizações sociais e governamentais.

Com a Secretaria de Desenvolvimento Social de Camaçari, o Juspopuli manteve parceria, entre 2009 e 2014, para a qualificação de serviços de proteção básica e especial do SUAS, realizando seleção de técnicos e educadores, programa de formação continuada das equipes e assessoramento técnico em questões relacionadas às políticas sociais de efetivação dos direitos e à mediação de conflitos.

Outras experiências importantes do Juspopuli na área do desenvolvimento comunitário se deram através de contratos firmados com a Petrobras, entre 2010 a 2014, a partir de editais de licitação, para realizar programas de difusão de informações sobre direitos humanos e cidadania em municípios da Bahia e Sergipe e assessoria para a construção da Agenda 21 comunitária, através de metodologia participativa, com destaque para o envolvimento de adolescentes e jovens. Os projetos também incluíram atividades de formação e atendimento em mediação popular de conflitos.

Com apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Republica, através de convênios, o Juspopuli, desde sua fundação, tem realizado, além das atividades de mediação popular, programas formativos em direitos humanos e mediação e produzido material didático nesta área. Entre 2014 e 2015 foi realizado curso de 100 horas no município de Serrinha, com participação de representações de 10 municípios do Território de Identidade do Sisal, no Semiárido da Bahia.

Dentre as atividades de formação destaca-se a tutoria no curso EAD Fundamentos da Mediação Comunitária, promovido pelo Ministério da Justiça, com 1.500 participantes de todo o Brasil (2015).

Em 2016 realizou programa de formação para agentes públicos de 10 municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, através de dois cursos de 80 horas cada, nas cidades de Amargosa e Mutuípe, com 97 inscritos.

# PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS

Com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, o Juspopuli mantém parceria desde 2001, com termos formais de parceria a partir de 2003, prestando assessoria no desenvolvimento de ações de promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis, com foco prioritário na formação de atores do Sistema de Garantia e na implementação de programas de atendimento a adolescentes.

A partir de 2006, aprofundou-se a parceria do Juspopuli com o UNICEF e o Comitê Gestor Estadual do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido para a execução de ações relativas ao SELO UNICEF Município Aprovado, em suas três edições no Estado da Bahia, alcançando, em cada uma delas, cerca de 200 municípios na inscrição e primeiras atividades.

Este Projeto, que se caracteriza como estratégia de estimulação das políticas públicas municipais para garantia dos direitos da criança e do adolescente, consiste num conjunto de ações de sensibilização, mobilização e articulação de atores sociais dos municípios do Semiárido, incluídos aí gestores governamentais, conselheiros de direitos, representantes de organizações da sociedade civil, comunicadores, educadores profissionais de saúde  e outros interessados no desenvolvimento social do município.

Entre as ações do SELO UNICEF Município Aprovado, Edições 2007/2008; 2009/20012; 2013/2016, o Juspopuli capacitou 2.404 técnicos dos municípios que participaram de todas as etapas.

*Em Porto Sauípe, Entre Rios, esclarecimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente para pais e filhos, em salas separadas e utilizando metodologias diferenciadas. Acima, para as crianças, o ECA foi explicado através de diálogos, desenhos e dinâmicas de grupo.*

# PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS

*Os ciclos de capacitação do Selo Unicef Município Aprovado, das três edições realizadas na Bahia, tiveram o Juspopuli como executor, na parceria formada com o Unicef.*

*Ainda no campo da formação em direitos infanto-juvenis, especificamente em medidas sócio-educativas em meio aberto, aplicáveis a adolescentes que cometeram atos infracionais e cuja execução fica a cargo dos municípios, o Juspopuli, em parceria com o Unicef, coordenou, em 2012, cursos para operadores do direito em quatro estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Sergipe.*

Grupos de diálogo sobre Promoção da Igualdade Racial nas políticas públicas (Ação Estratégica A6, P2 e P3) e sobre Enfrentamento às Drogas (Ação Estratégica A15), temas de interesse direto de jovens e adolescentes, durante o V Ciclo de Capacitação do Selo Unicef Município Aprovado, no município de Barreiras.

# PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS

*Em Senhor do Bonfim, Grupo de diálogo sobre Atendimento Socioeducativo Municipalizado (acima), dentro da proposta do Unicef de contribuir para a implementação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Lei 12.594/12), especialmente no que se refere aos processos de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto.*

*Diversas atividades com adolescentes foram realizadas em parceria com a Cipó Comunicação Interativa, a exemplo da Capacitação dos adolescentes do NUCA, Núcleo de Crianças e Adolescentes (esquerda), em Feira de Santana-Bahia. Em Barreiras (direita), capacitação de adolescentes sobre mapeamento de oportunidades.*

*Em Feira de Santana (direita), Grupo de diálogo sobre Direito à água, banheiro e cozinha em todas as escolas.*

# MEDIAÇÃO POPULAR COMO SERVIÇO

**A mediação de conflitos é um mecanismo extrajudicial de solução de conflitos e tem se fortalecido como meio eficaz de efetivação de cidadania e enfrentamento da violência.**

Durante os últimos 16 anos, o Juspopuli manteve em funcionamento Escritórios Populares de Mediação e Orientação sobre Direitos. Os escritórios são Espaços de atendimento público e gratuito nos quais lideranças comunitárias capacitadas, acompanhadas e assessoradas pelo Juspopuli oferecem serviços de orientação jurídico-social e mediação popular. Desde o primeiro Escritório, em 2001, o Juspopuli chegou a manter até 14 escritórios em funcionamento simultâneo, nos quais foram diretamente atendidas e beneficiadas cerca de 25 mil pessoas e, indiretamente, cerca de 70.000.

Os escritórios foram mantidos financeiramente com apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Petrobrás, Brasil Foundation e Assembleia Legislativa da Bahia. Funcionaram em locais cedidos por parceiros como a Associação Beneficente e Recreativa do Calabar; Fundação Cidade Mãe, em Roma; Associação dos Moradores da Palestina; Fundação Cidade Mãe, em Saramandaia; Associação de Moradores do Engenho Velho da Federação; Administração Regional do Subúrbio Ferroviário/SIGA XVII (Serviços Integrados de Atendimento), em Periperi; Obras Assistenciais Comunitárias da Vila de Acupe, em Santo Amaro-Bahia; Fundação Cidade Mãe, Centro de Formação Cristo é Vida, no Rio Vermelho; Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, em Narandiba. Atualmente funciona um escritório, na Associação Comunidade de Capuchinhos, em Feira de Santana, em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana.

O Juspopuli também realizou Escritórios Itinerantes atendendo a solicitação de parceiros, como a Rádio Sociedade, no projeto Sociedade nos Bairros, e a TV Bahia, afiliada da Rede Globo, na Ação Global realizada em Salvador. Também realizou Escritórios Itinerantes em ações de iniciativa própria como a Feira da Cidadania, no largo de Roma, em Salvador, direcionada a moradores de rua.

*A Ação Global (à esquerda) e o Sociedade nos Bairros (à direita), dois momentos de Escritórios Itinerantes de Mediação Popular mantidos pelo Juspopuli.*

# COMUNICAÇÃO

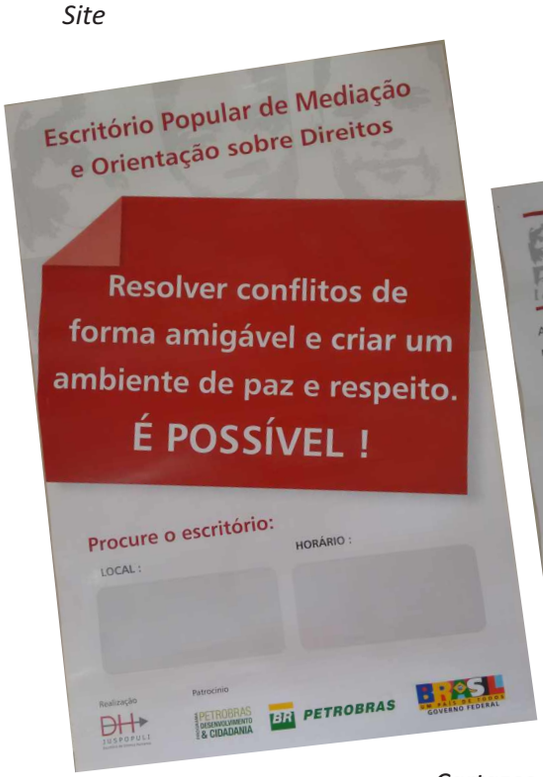
O Juspopuli conta com o site www.juspopuli.org.br, que também é uma ferramente de serviço, através da qual os internautas podem obter esclarecimentos personalizados sobre direitos.

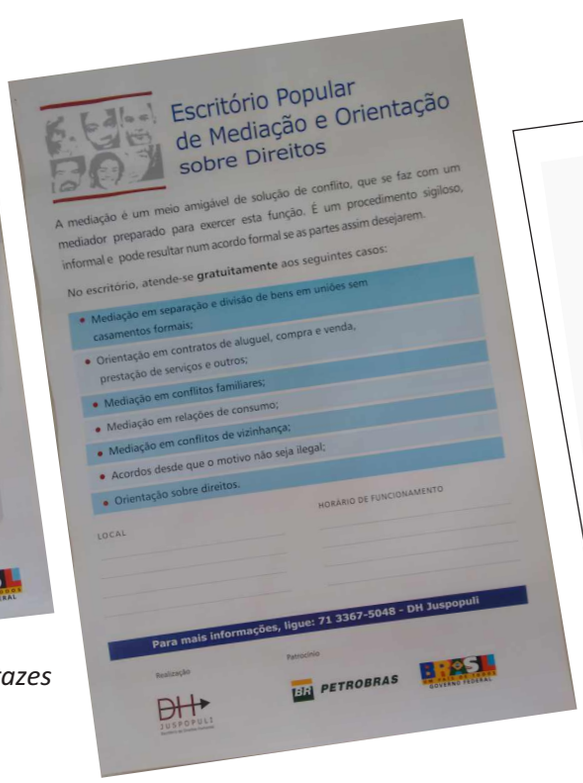
Outros recursos de comunicação utilizados são os cartazes, banners, panfletos, spots de rádio e releases gerando entrevistas em rádio, TV e jornal.

Também possui uma página no Facebook através da qual divulga as suas atividades e manifesta o seu posicionamento sobre fatos que violem os direitos humanos.

*Site*

*Facebook*




*Cartazes*

*Banner*

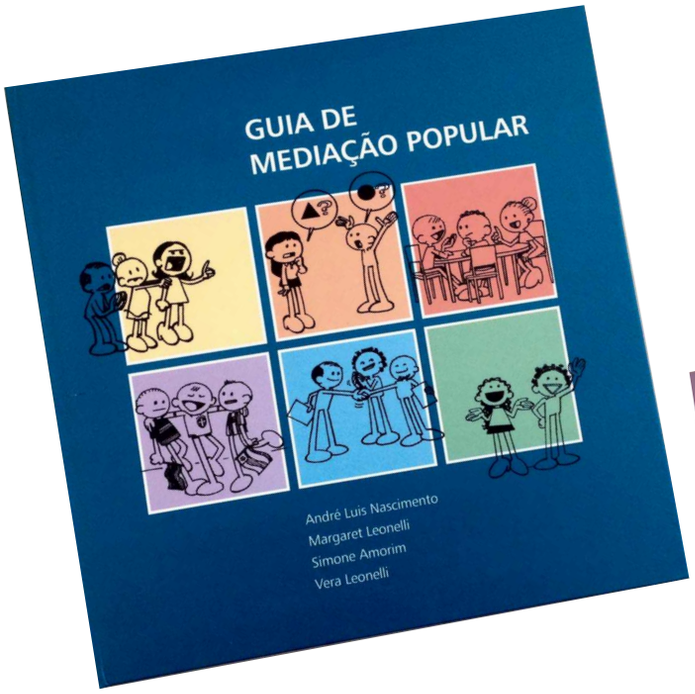
# PARCERIAS

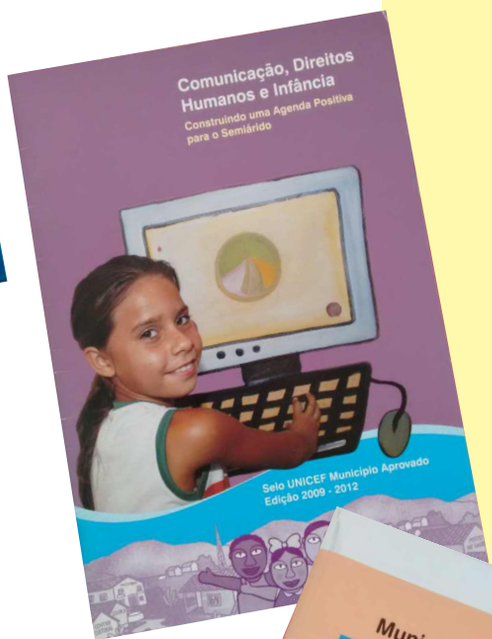
Desde 2001, o Juspopuli tem atuado em parceria com diversas instituições, destacando-se:

- Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti - ARRDD da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.
- Centro D. José Brandão de Castro- CDJBC (SE)
- Centro Espírita Cruz da Redenção (BA)
- Cipó - Comunicação Interativa (BA)
- Fábrica Cultural (BA)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF
- Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira – Centro Docente Assistencial de Narandiba CENA (BA)
- Instituto Direito e Cidadania – IDC
- Instituto Fazer e Acontecer - IFA (BA)
- Instituto Recriando (SE)
- Instituto Steve Biko
- Movimento de População de Rua de Salvador (BA)
- Petrobras S.A.
- Prefeitura Municipal de Amargosa
- Prefeitura Municipal de Camaçari
- Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas
- Prefeitura Municipal de Madre de Deus
- Prefeitura Municipal de Mutuipe – ( BA)
- Prefeitura Municipal de Pojuca
- Prefeitura Municipal de Salvador/ Fundação Cidade Mãe
- Prefeitura Municipal de Serrinha
- Rádio Sociedade da Bahia
- Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos de Vitória (ES)
- Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos/PROCON –BA
- Secretaria de Combate à Pobreza do Estado de Sergipe
- Secretaria de Desenvolvimento Social de Salvador/CRAS
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Secretaria Municipal de Ação Social de Olinda (PE)
- Secretaria Municipal de Assistência Social de Aracaju (SE)
- Serviço Social do Comércio - SESC
- Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares e Restaurantes da Bahia – SINDHOTEIS
- Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
- Universidade do Estado da Bahia- UNEB
- Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
- Universidade Federal da Bahia – UFBA
- Universidade Regional da Bahia - UNIRB

Destaca-se, mais recentemente, a parceria com a Faculdade Bahiana de Medicina, através de participações em dois cursos de extensão para profissionais de saúde mental nos quais foram previstos módulos com os temas dos direitos humanos, justiça e mediação de conflitos.

# PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES



- **Adolescentes e Direitos**
- **Comunicação, Direitos Humanos e Infância** – construindo uma Agenda Positiva para o Semiárido (em parceria com o UNICEF)
- **Municípios em Movimento** (em parceria com o UNICEF)
- **Eu Sabia e Você?** – Adolescência, direito e Saúde Sexual, 2007 (em parceria com a Petrobras)
- **Direito de Todos, Direitos Humanos**, 2009 (em parceria com a Petrobras)
- **Mediação Popular e Direitos das Crianças e Adolescentes** (spots de rádio), este último finalista no Prêmio Colunistas Nordeste, 2010 (em parceria com a Petrobras)
- **Série Cidadania**, panfletos temáticos sobre Direito de Família: Poder Familiar, Filiação, União Estável e Pensão de Alimentos, 2011, com tiragem de 21.000 exemplares, (em parceria com a SDH/PR e Petrobras)
- **Guia de Mediação Popular**, editado em 2007 e reeditado em maio de 2010 (com apoio da Petrobras e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH)
- **Mediação Popular – Uma alternativa para a construção da justiça**, editado em 2009 com tiragem de 1000 exemplares já esgotados (em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana -UEFS e apoio da Petrobras)
- **Guia de Serviços para a Cidadania**, com mais de 1000 informações, em 189 páginas, utilizado nos Escritórios Populares de Mediação e por parceiros (em parceria com a Petrobras e a Universidade Federal da Bahia - UFBA).
- **Mediação de Conflitos** para iniciantes, praticantes e docentes, Editora Juspodivm. Artigo sobre a experiência do Juspopuli na mediação popular (2016).

Disponíveis no site: www.juspopuli.org.br, com exceção da última publicação.

## EXPEDIENTE

JUSPOPULI
Escritório de Direitos Humanos

Endereço: Rua Desembargador Políbio Mendes da Silva, 159, sala 12, Piatã, Salvador-Ba. CEP: 41.650-480

Telefone: (71) 3367-5048/4944

E-mail: juspopuli@juspopuli.org.br

Presidente: Miriã Márcia Santos Caetano da Silva

Coordenadora: Vera Christina Leonelli

Programação visual; editoração eletrônica: Einar Lima

*"... a cidade ideal não é aquela fantasiada e descrita nos mais minuciosos detalhes pelos utópicos, onde reina uma justiça tão rígida e severa que se tornaria insuportável, mas aquela em que a gentileza dos costumes converteu-se numa prática universal."*

*(Norberto Bobbio)*

DH
JUSPOPULI
Escritório de Direitos Humanos